

Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia: Memória de seu projeto inicial e sua exposição inaugural, constrangimentos e adaptações¹

Marcelo da Cunha

O MAFRO - Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia - surgiu a partir de convênio envolvendo os Ministérios das Relações Exteriores e da Educação e Cultura, o Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura da Cidade de Salvador, como parte de um Programa de Cooperação Cultural entre o Brasil e Países Africanos. Entre as ações previstas havia a realização de cursos e seminários; edição e divulgação de trabalhos sobre temas africanos; concessão de bolsas para estudantes africanos; recrutamento de professores para missão educativa e cultural na África. Quanto ao Museu previa "a) a constituição e manutenção de um museu Afro-Brasileiro, composto de coleções de natureza etnológica e artística sobre as culturas africanas e sobre os principais setores de influência africana na vida e na cultura do Brasil" (UFBA, Termo, 1974: 2).

A colaboração entre as partes previa prestação de contribuições materiais e técnicas, incluindo a recuperação de prédio para a instalação do museu, subvenções para as suas atividades, aquisição de acervo, etc., sendo previsto que o CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais² da UFBA, seria o órgão gestor do Museu. Em carta ao Governador do Estado da Bahia, em 1973, um embaixador do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) declarava interesse na elaboração de um Projeto para instalação do Museu:

... volto, com entusiasmo redobrado, a um projeto de comum interesse para a Bahia e para o Itamaraty: o Museu Afro-Brasileiro [...] o Museu Afro-Brasileiro é um empreendimento a que atribuo a mais alta importância e que gostaria de ver caracterizado ainda no atual governo. (Barboza, 1973: 1)

Em documento desse período, elaborado pela UFBA, são apresentadas definições conceituais e expositivas para o Museu, a partir de proposta elaborada pelo fotógrafo e etnógrafo Pierre Verger:

... destinar-se-á a descrever a formação cultural brasileira no que ela tem de contribuição africana e, [...] a explicar os diversos processos aculturativos que tiveram lugar nas diferentes regiões do país, conforme a predominância étnica de suas populações de origem africana. Apresentará a descrição etnográfica dos vários povos africanos que vieram para o Brasil, assim como [...] sínteses

1 Este texto foi adaptado a partir de capítulo da minha Dissertação intitulada O Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia - MAFRO: Um estudo de caso sobre musealização da cultura afro-brasileira, 1999.

2 Criado em 1959, pelo humanista português, Agostinho Silva, é um Órgão ligado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, voltado ao estudo, pesquisa e ação comunitária na área dos estudos afro-brasileiros e das ações afirmativas em favor das populações afrodescendentes, bem como estudos das línguas e civilizações africanas e asiáticas.

nacionais oriundas do contato desses povos com outros [...] incluem-se as coleções artístico-etnográficas e as atividades científicas do Museu Afro-Brasileiro, a descrição antropológica de povos africanos não diretamente envolvidos no processo de formação cultural brasileiro [...] as coleções a serem expostas deverão abranger também a parte da África acima do Saara, a chamada África árabe. (UFBA, Diretrizes, n.d.)

O mesmo documento indicava o acervo e eixos temáticos:

- a) Ferramentas de trabalho, mobiliários, vestimentas e tecidos, instrumentos musicais, adornos e joias, pinturas, escarificações e tatuagens corporais, etc.;
- b) De expressões criadoras: técnicas de produção, música, dança, escultura, pintura, etc.;
- c) De manifestações da vida social: organização política da nação, tribo, etc., religião, organização familiar e do grupo (nascimento, casamento, morte, etc.), comportamento social dos membros de cada grupo étnico, etc."

Foram indicadas duas divisões para o museu, no que tange às suas exposições:

Museu estático - Salas de exposições permanentes, abordando os seguintes temas: O homem (distribuição étnico-geográfica); as técnicas (agricultura, pesca, embarcações, escultura, cestaria, tecelagem, olaria, fundição, etc.) exibindo-se movimentos técnicos, exemplares de ferramentas, matéria prima, fases de fabricação, etc. Tratando-se também da organização do homem (valor memorativo, social e político) e organização do Mundo (valor religioso, educativo, estético, econômico, sincrético, escrita); dança e música: elementos audio-visuais (trajes, adornos, fotografias, tecidos pintados); Vida cotidiana: vida comunitária, religiosa, doméstica e habitat.

Museu Dinâmico: Espaço dedicado a exposições temporárias e atividades multimídias, para exposições e atividades artísticas como teatro, por exemplo.

A proposta para o museu era arrojada, ousada e moderna, como no caso de Reserva Técnica aberta à visitaçã, com capacidade para a guarda de 50.000 objetos. Além de prever depósitos especializados e áreas de manutenção, ateliers de montagem, marcenaria e outros, e laboratórios (Laboratório Central: especializado para restauração e conservação; Laboratório de Tecnologia (tecelagem, olaria, carpintaria, fundição); Laboratório de etnomusicologia, associada à reserva de organologia (dança e música) com pequena sala de seminário para 12 a 15 estudantes, associada aos arquivos sonoros e Laboratório de linguística (laboratório de fonética da Universidade).

Propunha, ainda, "Serviços científicos", como Gabinetes de pesquisadores (15); Cartografia/Iconoteca; Fototeca/Filmoteca; Arquivos sonoros ou Fonoteca (associada ao laboratório de etnomusicologia do Museu e ao laboratório de fonética da Universidade); Centro de documentação; Sala de revistas; Alojamento para pesquisadores (5 a 6); Sala de conferências, com auditório para 200 lugares. De-

veria existir também um local “capacitado a apresentar em um palco teatro ao ar livre, manifestações folclóricas quando as circunstâncias permitirem: dança, música, arte dos narradores (cordel), etc.”. Complementando essa estrutura haveria um restaurante e cafeteria, para oferecimento de “comida típica ligeira”. A leitura desse documento indica que o projeto se caracterizava por visão extremamente avançada sobre preservação, com proposta de utilização do patrimônio em processos de aprendizagem e fruição.

Sua equipe seria formada por dois curadores (um etnólogo e um não definido), não se falando em museólogo, além de pessoal especializado para os diversos setores previstos e pessoal técnico e de apoio.

Sobre a efetiva participação dos parceiros envolvidos na criação do Museu, uma correspondência de dezembro de 1975, do Diretor do CEAO, Guilherme Castro, endereçada ao Presidente do seu Conselho Deliberativo, revela que parceiros do Convênio não cumpriam os compromissos para a instalação do Museu, dificultando a sua realização

Quanto à criação e abertura do Museu, desde o início surgiram notícias na imprensa. Já em 10 de julho de 1973, uma nota anunciava questões problemáticas:

Um museu 'afro-brasileiro' surgirá em Salvador, em breve, dependendo, apenas da celebração de um convênio... no decorrer da reunião surgiram evidências de que um clima de tensão e disputa envolverá a criação do museu, pois muitos são os candidatos ao cargo de diretor e poucos os que têm condições de exercê-lo. Um outro ponto em discussão antes do início da seleção do material que abrangerá todas as áreas de influência do negro na formação da cultura brasileira é a localização do museu. Ficou decidido que o museu poderá ficar em três locais selecionados previamente – o Solar do Ferrão, a Quinta dos Lázarus e o terceiro é mantido sob sigilo, para não levantar polêmicas (“Disputa pela direção”, 1973).

Este comentário revelava problemas futuros relacionados à instalação do MAFRO no prédio da Faculdade de Medicina do Terreiro³, o “local mantido sob sigilo”, citado na nota. Logo o “segredo” foi revelado sobre a localização, cogitando-se também o possível perfil do futuro diretor, “só um estudioso da cultura africana no Brasil poderá ocupar o cargo” (“Medicina abriga Afro-Brasileiro”, 1973).

Surgiam hipóteses de que seu acervo seria resultante de empréstimos de peças originárias de outros museus, por transferência ou aquisição

O acervo do museu será constituído principalmente por peças que existem espalhadas por diversos museus do país, que dizem respeito à cultura africana no Brasil e que, por não se enquadrarem muito bem com o acervo desses museus, ficam bastante deslocadas. [...] O museu também contará com coleções particulares, que existem em grande quantidade no Brasil e que venham a ser doadas. Por último, poderão ser obtidas peças através das embaixadas brasileiras nos países africanos (“Onde vai ser o Museu”, 1973).

3 Terreiro: Praça do Terreiro de Jesus, no Centro Histórico de Salvador, genericamente chamado de Pelourinho.

Para a formação do acervo foram pensadas várias estratégias, como é revelado na nota a seguir:

Ao museu serão incorporadas algumas peças do acervo do Museu Estácio de Lima⁴ [...]. Outras doações serão feitas por países africanos através do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e por universidades, instituições e museus de estudos africanos, não só da África, mas também da Europa e Estados Unidos [...]. Finalmente, observou o diretor do CEAO, o acervo representativo da cultura afro-brasileira será obtido através de entendimentos dos vários Estados da Federação ("Museu Afro-Brasileiro ficará", 1974).

Para a formação da coleção afro-brasileira, foi realizada campanha junto à comunidade baiana, com significativa colaboração do povo-de-santo⁵, grupos de capoeira e blocos afro.⁶

Ainda sobre a escolha do local para abrigar o museu, logo após o anúncio ocorreram reações da comunidade médica, como esta:

O presidente do Instituto Bahiano de História da Medicina, Sr. Raimundo de Almeida, logo que teve conhecimento de que o prédio onde funcionou a primeira faculdade de medicina do Brasil será transformado no Museu Afro-Brasileiro, telegrafou ao ministro Jarbas Passarinho, da Educação e Cultura, dizendo-se surpreendido com a notícia e fazendo um apelo para que, no local, se instale o Museu de Medicina transferido o Museu Afro-Brasileiro, segundo a sua sugestão, para um prédio a ser escolhido no Cruzeiro de São Francisco ou no Pelourinho. [...] fez questão de declarar que somente merece louvores e aplausos, o esforço para trazer à Bahia, o Museu. No entanto, acrescentou, não me parece acertada a escolha do prédio ("Onde ficar o Museu", 1974).

Na mesma nota, o diretor do CEAO afirma que

[...] sendo o prédio da primeira Faculdade de Medicina de propriedade da Universidade Federal da Bahia, ela dá o destino que melhor lhe aprouver, de acordo com os seus interesses ("Onde ficar o Museu," 1974).

Com essa nota foi iniciada uma querela que se tornou, provavelmente, a grande e principal responsável pela não conclusão dos projetos para o Museu na sua integridade e de acordo com o seu plano original.

Sobre a instalação do Memorial de Medicina no prédio, em contraponto à instalação do Museu Afro, encontramos nota do professor José Silveira, Diretor do Instituto Brasileiro de Investigação do Tórax, com as seguintes considerações:

Muito antes de qualquer entendimento ter vindo ao público, no sentido de lá se instalar o Museu Afro-Brasileiro lançamos a idéia de aproveitar as depen-

4 Sobre o Museu Estácio de Lima ver Marcelo da Cunha, 2019.

5 Pessoas pertencentes a uma comunidade religiosa de matriz africana.

6 Sobre a formação da Coleção Afro Brasileira, ver a dissertação orientada por mim, intitulada O Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia e sua coleção de cultura material religiosa afro-brasileira, de autoria de Juipurema Sandes, realizada no Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro/UFBA). Link: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23895>.

dências da 1ª. Faculdade de Medicina do Brasil para atividades correlatas, com a fixação no local de todas as agremiações médicas da Bahia, além de museu, arquivo, biblioteca e tudo o mais [...]. As opiniões divergem um pouco no tocante ao destino a ser dado ao prédio: uns querem um museu, outros algo mais complexo. Mas ninguém admite o que parece estar concretamente certo: o Museu Afro-Brasileiro na Faculdade do Terreiro de Jesus ("Museu Afro-Brasileiro provoca", 1974).

O que vai se configurando nos comentários na imprensa é o desconhecimento aliado ao preconceito no tratamento da questão. Situação que se revela quando se cogita, por exemplo, que o Museu deveria ser instalado em "sobrado no Pelourinho", como se vê no trecho a seguir:

O presidente do instituto [...] fez novo apelo ao MEC, pedindo que não seja modificada a estrutura do prédio, e que o Museu do Negro, seja instalado em antigo e histórico sobrado ou paço colonial, onde os negros escravos viveram e sofreram, com o que a instituição ficaria mais autêntica ("Contra entidades médicas", 1974).

Identificamos nesse discurso, e em outros textos, a ideia de que o tema afro não se enquadraria na grandiosidade da arquitetura eclética do prédio da Medicina, devendo ser localizada na arquitetura colonial barroca de outros edifícios do Centro Histórico. Em meio a esse ambiente de resistência é possível encontrar vozes destoantes e favoráveis, como nessa nota de 1974, na qual a questão do Museu ganhou projeção, destoando do coro uníssimo da Medicina:

[...] deliberaram reservar a parte nobre da velha escola [...] para Museu de Medicina, destinando o restante da faculdade para instalação do Museu do Negro ou da cultura afro-brasileira. Melhor comunhão seria difícil, visto como na velha escola do Terreiro de Jesus tiveram início, com Nina Rodrigues, os estudos da medicina-legal, antropologia, etnografia, africanismo [...] E essa solução é sobretudo louvável porque vem ao encontro de um melhor aproveitamento das grandes áreas ocupadas pela antiga faculdade, uma vez que a 'parte nobre' referida é suficiente para que nela se instalem e realizem, como dissemos [...] todo que, afinal, posse se constituir no mais antigo Centro de Cultura da Medicina Nacional ("Vitoriosa a classe médica", 1974).

No início do ano de 1976, o Museu ainda não tinha sido inaugurado, enquanto a imprensa anunciava a chegada de peças para seu acervo, provenientes do continente africano. Visando expor as peças já adquiridas, o CEAO resolveu organizar exposição, juntamente com a Fundação Cultural do Estado da Bahia, no Solar do Unhão, entre setembro e outubro de 1976. A exposição foi bastante divulgada na imprensa, como forma de chamar atenção da cidade sobre o museu e a necessidade de sua inauguração em breve, e para tentar diminuir pressões que já surgiam sobre o fato de tal acervo estar encaixotado e guardado. O ano seguinte foi iniciado com a notícia da "devolução" do prédio do Terreiro à comunidade médica, gerando especulação sobre o recuo da decisão de instalação do Museu naquele local.

A iniciativa do reitor Augusto Mascarenhas, que é professor da Faculdade de

Medicina, agradou a toda classe médica [...] Com a destinação que será dada ao edifício da Escola de Medicina no Terreiro de Jesus, confirma-se o que publicamos há alguns dias sobre o Museu do Negro, isto é, que não será mais instalado naquele prédio ("Prédio histórico do Terreiro", 1977).

A Fundação do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado, manifesta-se sobre a paralização das obras, informando que "Sustamos os trabalhos [...] para que seja determinada a ocupação ou não do prédio pelo Museu Afro-Brasileiro, uma vez que precisamos desta definição a fim de adequar o trabalho de restauração aos objetivos que o prédio irá servir" ("Patrimônio espera definição", 1977).

Em junho de 1977, em visita ao prédio, o Governador Roberto Santos declarou seu interesse em dar continuidade às obras. Nesta ocasião, o Reitor Augusto Mascarenhas declarou que

Existe um projeto antigo da Universidade com vistas à recuperação do prédio, mas agora ele está sendo reconsiderado e discutido. Desta forma vão se refazer os trabalhos, as plantas, tudo dentro de uma reavaliação da utilização do espaço e somente depois disso tudo feito é que haverá uma definição de como ele será aproveitado ("Governo quer retomar", 1977).

Em agosto já eram correntes na imprensa notas sobre a ameaça ao Museu Afro-Brasileiro, informando-se também que o acervo continuava chegando de várias partes, havendo peças em depósito já há alguns anos. Surgia, entre outras, nova justificativa para a não instalação do Museu Afro no prédio: "Este projeto foi depois abandonado porque a área de 11.000 metros quadrados é grande demais para um museu. Provavelmente ali será instalado um Centro Cultural, mas isto ainda é objeto de estudos de uma comissão criada para este fim pela UFBA ("Indefinição sobre Museu", 1977).

Neste momento, ironicamente, o Museu corria o risco de perder o espaço do prédio do Terreiro pela alegação de excesso de espaço. Evidencia-se na nota acima, que o problema que estava sendo enfrentado para a instalação do Museu, além de político e ideológico, era também conceitual, pois se a questão era a de instalação de um Centro Cultural no amplo espaço disponível, qual a impossibilidade da existência de um Museu Afro no corpo desse Centro? Quais seriam os elementos que comporiam esse Centro? No lugar de se cogitar a adequação do projeto do Museu ao espaço existente, algumas pessoas preferiam aventar a não instalação do museu no prédio. Parece-nos que a questão não estava relacionada ao tamanho do espaço ou sua planificação, mas sobretudo a quem ocuparia o espaço e como ocuparia.

O impasse sobre o Museu Afro repercute no Brasil, surgindo notas sobre o assunto em jornais de circulação nacional, criticando as ações contrárias ao Museu:

O problema surgido na Bahia com o Museu Afro-Brasileiro e o Centro de estudos e Pesquisas Afro-Orientais estava previsto desde 1974/75, pela inexistência de convênios entre os Governos federal e da Bahia, que preservassem e defendessem as instituições afro-orientais dos grupos colonialistas, racistas e fascistas.

Há pelo menos 20 anos que grupos negros e estudiosos encetam esforços para organizar esse Museu. Quando tudo parece fácil e um patrimônio estava reunido, dispendo-se de um prédio – a ex-Escola de Medicina, em Salvador, surgem hitleres e salazares por todos os lados, para obstacularizar sua instalação e funcionamento. Bem já dizia a literatura de cordel: 'afinal quem diria? / Hitler virou santo / e morreu na Bahia!'. Será que morreu mesmo? Ou andará solto pelas ladeiras de Salvador, liderando a campanha contra o Museu do Negro? (Sardella 1977: 10).

Enfim em março de 1978, vem a definição divulgada nos jornais da cidade, como essa a seguir

Após quatro anos de marcha e contra-marchas, o CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais verá instalado o Museu Afro-Brasileiro. Não com a dimensão e espaços previstos em projeto original, mas dividindo o prédio da antiga Faculdade de Medicina, com complexo de unidades culturais do Estado ("Museu Afro-Brasileiro vai ser, 1978: 5).

Apesar da divulgação da solução, quase um ano depois, no início do ano de 1979, encontramos notícias como a que segue

Mais de mil peças reservadas para instalação do museu afro-brasileiro estão se se deteriorando. Acumuladas em um ridículo depósito do Centro de Estudos Afro Orientais, a precariedade do material - na maioria em tecido, madeira ou gesso - faz com que seja a corrosão eminente. [...] no momento nenhuma menção ao futuro local - ou se pelo menos existirá o local é feito pelos responsáveis. Sabe-se apenas que o prédio da antiga Faculdade de Medicina no Terreiro de Jesus onde seria instalado o museu, não mais terá esta finalidade. [...] O Diretor do CEAO, Guilherme de Castro, responsável pela execução do programa, recebeu um memorando através da Fundação do Patrimônio Histórico, onde informa-se que a antiga faculdade servirá a um centro de educação não formal, com uma sala de Exposição para peças africanas. A sala, porém, não possui espaço para receber a quarta parte do Acervo que já se tem acumulado. [...] Guilherme Castro acrescentou que o desprezo para com instalação do museu deve-se a projetos considerados mais importantes pelo Estado e município ("Acervo afro-brasileiro", 1979: 5).

Já em junho de 79, o novo Diretor do CEAO, Nelson Araújo, anunciou a abertura para breve, afirmando que "vai haver mais peças do que espaço quando este começar a funcionar" ("Museu Afro-Brasileiro será ..., 1979: 5). Problema que aconteceu, mas não exatamente porque o museu reuniu número muito grande de peças em seu acervo, mas pelo espaço exíguo que a ele foi destinado, quando enfim foi inaugurado em 1982.

Em 1980, em cerimônia reunindo a congregação da Faculdade de Medicina e o Reitor, foram devolvidas áreas recuperadas para a Faculdade, destinadas à realização de Seminários, Conferências, etc., bem como a biblioteca Frederico Edelweiss, com o restante da área (parte do que estava destinado para o Afro) em estudo de ocupação, ficando pendente a

definição do destino do Museu, sendo dito pelo novo Diretor do CEAO, que houve solução de continuidade do convênio na administração passada, apesar da existência de salas reservadas para o museu. Informou ainda que o projeto seria cumprido de acordo com o estabelecido, sofrendo alterações normais em qualquer projeto.

Nesse momento tinha ocorrido mudança de Reitor na Universidade Federal da Bahia, assumindo a Reitoria o Professor Luiz Fernando Macedo Costa que garantiu que o museu ficaria no prédio no Terreiro, mas ainda assim foi esperada a sua abertura durante todo o ano de 1980, estendendo-se a espera ao longo de 81, quando foi prevista sua abertura para o mês de agosto, que poderia ser antecipada com uma exposição especial de fotos do Pierre Verger e gravuras de Carybé. A inauguração faria parte das comemorações pelos 35 anos da UFBA. Finalmente, em 30 de dezembro 1981 foram apresentadas à imprensa as instalações do Museu Afro-Brasileiro pela professora Yeda Pessoa e Castro, Diretora do CEAO, anunciando o dia 07 de janeiro de 1982 para sua inauguração, com um acervo calculado em cerca de 800 Peças. Sobre a inauguração, a diretora do CEAO afirmou:

A verdade é que as coisas andavam muito lentamente, até que tomou posse o reitor Macedo Costa, que dinamizou os trabalhos. E liberou as verbas necessárias, escolheu técnicos competentes, deu integral apoio e, agora, o museu será reinaugurado ("Museu Afro foi apresentado", 1981: 5).

Surpreende matéria de página inteira, do Jornalista José Augusto Berbert de Castro, médico, participante do grupo contrário à instalação do Museu no prédio do Terreiro de Jesus, que afirma que

Só a visão do que será, nos faz mudar completamente de opinião sobre o aproveitamento do velho edifício, onde estudei, e não tenho dúvida que consagrará a administração do reitor Luiz Fernando Macedo Costa, mesmo que ele nada mais realizasse [...]. Empolga pela beleza, pela disposição das peças, pelo material que será exposto e pelo bom gosto de tudo que ali existe. Será um Museu dinâmico, com partes expostas permanentemente e exposições temporárias [...]. No dia em que lá estivemos, havia pouco mais de 800 objetos da cultura afro-brasileira sendo montados, mas até a inauguração haverá, pelo menos, o dobro. (Berbert 1981: 5)

Em meio às notícias favoráveis à inauguração do MAFRO, uma destoante se destaca, no início do ano de 1982:

Uma pergunta que precisa ser colocada: porque um "museu do negro"? Lembro-me de ter visitado em Paris, o 'Museu do homem', sem distinção de raça. Não haverá um pouco de racismo, ainda que involuntário nesta atitude? É verdade que nossas leis anti-racistas nos têm dado exatamente um 'anti-racismo preconceituoso'. Disso, surgiu a tendência atual de se assumir a própria raça e os negros começam a se orgulhar de serem negros, como os brancos se orgulham de serem brancos. Passa-se, então, para um "racismo respeitoso", ou seja, as raças se agregando, mas se respeitando

mutuamente, cada qual assume suas origens e seus valores culturais. É desejável que, por esse meio, se chegue ao “anti-racismo respeitoso”, pelo qual se elimina a segregação racial. Nessa coisa de cada um assumir sua raça, quem sofre é o mulato, que não é negro, nem branco, ou melhor, é as duas coisas, porque tem em seu sangue origens e culturas europeias e africanas. Pelo fato do preconceito o atingir juntamente com o negro, e se identifica com esse, como se não tivesse sua parcela de cromossomos europeus. Dessa forma se tem amputado o mulato que, obrigado a assumir uma raça opta pela Negra, que quando, cientificamente ele é igualmente branco. Sendo a Bahia uma terra de negros e brancos e aqui se instalando o ‘Museu do negro’, fica, evidentemente, faltando, o ‘Museu do Branco’. Enquanto isso não for feito, vai ficar parecendo que a Bahia é uma comunidade de brancos, na qual se incrustou um museu para preservar a cultura negra, por se reconhecer estar ela em extinção. Sabemos todos que isso não é verdade, basta olhar em volta, para reconhecer, a presença negra em nossos costumes, desde vestuário, culinária. Aí surge uma dificuldade. Se o que está no museu, encontra-se na sociedade, para que o museu? Se a cultura não está em extinção, mas em desenvolvimento, para que Museu? Para o estudo antropológico, pode ser respondido. Em Santa Catarina, seria uma boa resposta. Na Bahia, esse estudo pode ser feito em qualquer esquina, em qualquer Terreiro, no Mercado Modelo ou num ensaio de afoxé. E para isso, basta pegar um ônibus dezesseis cruzeiros a passagem. (“E o Museu do Branco...”, 1982: 5).

A nota é rica em referências preconceituosas e desinformação, estruturadas por alguém que revela ignorância quanto ao que seja democracia racial, afirmando até uma categoria: “racismo respeitoso”, em uma sucessão de erros, de absurdos, sendo redundante comentar algumas questões, mas, vale a pena destacar algumas delas. Quando reclamou sobre a necessidade de um ‘Museu do Branco’, o autor esqueceu que, em princípio, todos os outros museus na cidade de Salvador eram, basicamente, museus de branco, que falavam e preservavam patrimônio referente às memórias e culturas dominantes, notadamente brancas. E mesmo ao tratar de questões das minorias estavam estruturados na ótica do branco. E minimizando a importância da existência desses museus, mas nossa intenção é evidenciar que o patrimônio preservado no Brasil é o das elites, e aqui elite é sinônimo de branquitude.

Enfim, após um processo que se estendeu por oito anos, desde a assinatura do Termo de Cooperação, a inauguração aconteceu em clima de festa, com diversas autoridades - dos embaixadores de países da África, vestidos com seus trajes típicos - e representantes de diversos segmentos da comunidade afro e população em geral, como as “mães-de-santo de alguns terreiros que proporcionaram um momento de reencontro com as raízes africanas” (“Museu Afro, uma volta...”, 1982: 5).

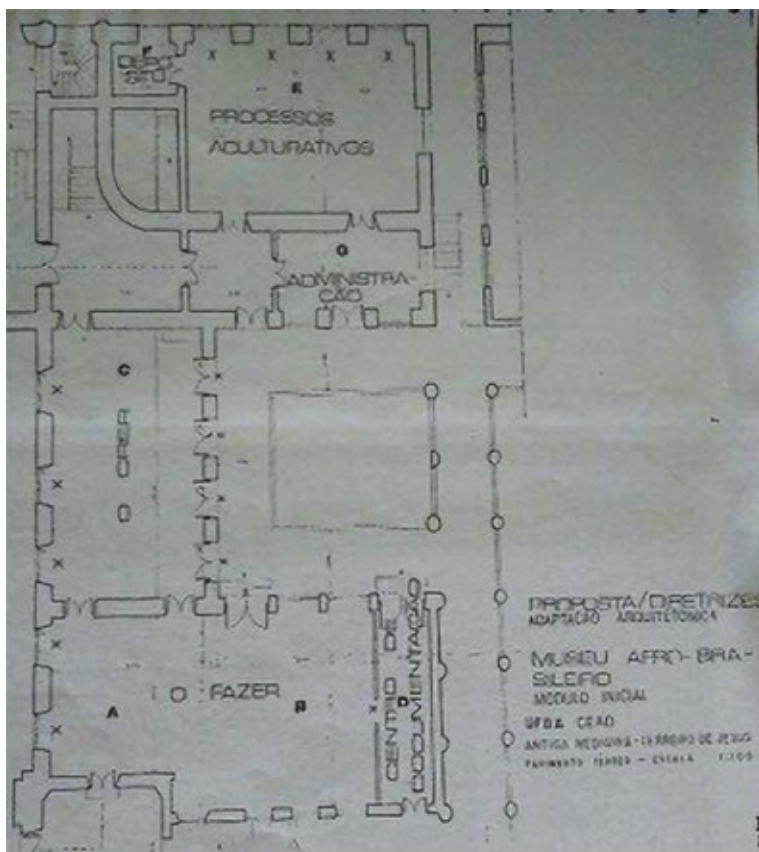
Após inaugurado, a direção do CEAO buscou dinamizar suas atividades, realizando cursos, exposições, lançamentos de livros, apresentação de espetáculos, e implantação do seu Programa de Integração Museu-Escola, coordenado pela profa. Graziela Amorim. O Museu passou a ser ponto obrigatório em visitas oficiais

realizadas a Salvador, a exemplo de ministros e chefes de Estado e, em julho de 1982, já havia atingido a marca de mais de 500 alunos atendidos formalmente. Ao completar um ano de existência, em janeiro de 1983, contabilizava 12.632 visitantes registrados, sendo seguramente maior este número, em decorrência daqueles visitantes que não registraram a visita.

No entanto, a abertura do Museu não significou a aceitação da sua permanência no prédio por partes de entidades médicas, que deram continuidade às notas sobre o "problema", como essa a seguir. Mais uma vez, os incansáveis médicos, em nome da tradição e velha causa da defesa de "seu prédio", arvoravam-se a deitar comentários sobre Antropologia, Museologia e outros assuntos, para os quais não tinham competência para nenhum veredito. O que, afinal, seria uma exposição sofisticada e estilizada sobre culturas africanas e afro-brasileiras? Em que sentido a exposição do Museu recém-inaugurado falseava a realidade dessas culturas? Seria a "nobreza" dos materiais utilizados? Seria a sistematização museográfica cuidadosa? Como deveria ser um "Museu do Negro" para estes médicos? Outra questão que era recorrente nas discussões era a ideia de que o Museu deveria ocupar um sobrado do Pelourinho. Porque esta fixação? Em que medida tais edificações eram mais condizentes com um museu afro do que o prédio monumental do Terreiro?

Projeto museográfico para o Módulo Inicial

Na sua proposta inicial, o Museu Afro-Brasileiro deveria ocupar boa parte da área total do prédio do Terreiro (superior a 11.000 metros quadrados de área construída). No entanto, a área final ocupada pelo Museu inaugurado equivalia a menos de 1.000 metros quadrados. O espaço inaugurado era apresentado como Módulo Inicial, com expectativa de que fosse ampliado ao ser transferido para novo local destinado a sediá-lo, em futuro próximo, ou ampliação de sua ocupação no prédio do Terreiro.



Il 1: Planta de proposta inicial de planejamento do espaço do Museu. Com a necessidade de adaptação, o Centro de Documentação deu lugar à administração, o Setor Administração deu lugar à Sala de Exposição Temporária e o Setor de Processos Aculturativos deu lugar à sala para os painéis de Carybé. Fonte: MAFRO.

Em documento de 23 de abril de 1981, meses antes da inauguração, Guilherme Souza Castro, diretor do CEAO, afirmava que

[...] a destinação acordada pela Universidade para os espaços disponíveis atualmente no edifício do Terreiro de Jesus não nos permite acalentar certeza quanto a desejável e necessária expansão futura do Museu ali. Por outro lado, parecem-nos lícito ver nas atuais providências para a instalação desse 'módulo' em tal sítio e nas atuais condições, uma solução de circunstância destinada a enfatizar simbolicamente o interesse da UFBA pelo projeto nascido do convênio por ela celebrado [...] Essas condições nos permitem concluir que deva ser pensada a instalação definitiva do Museu Afro-Brasileiro, propriamente dito, em local próprio e exclusivo seu. [...] Pela amplitude do seu escopo, o Museu Afro-Brasileiro, em sua área de interesse específico, insere-se, ao mesmo tempo, na linha de salvamento e preservação do patrimônio tradicional do Brasil, e no campo da efetiva atuação em busca do conhecimento da realidade sócio-cultural brasileira e africana do passado e do presente (Castro, G. 1981: n.p.).

Um plano detalhado sobre a montagem do Museu, sem assinatura, revela estratégias de conciliação entre espaço, acervo e proposta conceitual original, adaptada. Essa proposição e o desenvolvimento da proposta adaptada foram capitaneadas pelas etnolinguísta Yeda Pessoa de Castro e pela Museóloga Jacyra Oswald.

1 – Diretrizes e critérios adotados

A montagem do Módulo Inicial do MAB exigiu atenção para problema específico, especial: espírito de transitoriedade: O atendimento – solução – para tal problema deverá possuir economia de meios de acordo com as características espaciais da área para ele demandada pela UFBA. Deverá ainda corresponder às necessidades atuais, no que diz respeito à constituição de seu acervo. [...] O acervo atual, apesar de ser constituído por peças de real valor, não corresponde às expectativas enunciadas, devido à sua pouca densidade numérica, resultando, por conseguinte, na impossibilidade de ilustrar geograficamente as culturas africanas aqui aportadas, assim como possuir pouca representatividade documental dos processos de aculturação e suas decorrências, aqui desenvolvidas. Será usada como solução para o problema: divisão temática comparativa com apresentação de analogias de manifestações culturais [...] os elementos de montagem deverão possuir a flexibilidade indispensável para que possam atender, a qualquer época, a reformulações, com o acréscimo de um ou mais objetos, para complementação do tema em questão. A distribuição dos temas/áreas levará em consideração a localização – visando independência da sua utilização, com facilidade de acesso – e dimensões dos espaços físicos existentes (Museu Afro, Plano, 1982: n.p.).

2 – Adaptação arquitetônica

O grupo de salas interligadas – A, B, C – que têm seu acesso pela portada principal do edifício ... são dedicadas ao FAZER e ao CRER. Com 232,35m² [...] a pequena área contígua - sala D – com 46,50 m² para implantação do Centro de Documentação. O conjunto de salas - E, F e G – com autonomia de acesso [...] pela entrada situada próxima à Catedral Metropolitana, será destinada a apresentar os proces-

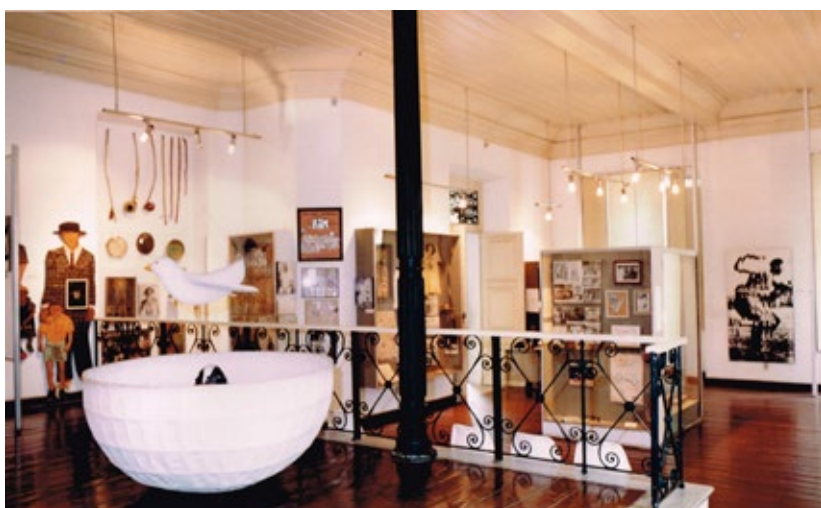
dos aculturativos (E – 105,78m²), a abrigar o depósito (F – 9,50 m²) e a constituir a administração, local de funcionamento dos serviços de escritório da entidade (sala G – 29,52 m²) (Museu Afro, Plano, 1982: n.p.).

Em artigo de Berbert de Castro, são apresentadas questões relacionadas à planificação da exposição:

Das cinco salas que dispõe, o museu apresenta a seguinte distribuição espacial: Salas 1,2, e 3, destinadas às exposições permanentes; Salas 4 e 5. Reservadas às exposições temporárias.

As exposições permanentes estão distribuídas segundo três tipos de preocupação distintos:

O FAZER – apresentando os aspectos materiais das civilizações africanas e de aspectos da mesma ordem dessas culturas na civilização brasileira, consta de objetos feitos através da transformação de materiais variados pela aplicação de técnicas diversas; O CRER – mostrando os aspectos espirituais nos contextos acima referidos através dos objetos de uso ritual e utilitários ou decorativos com referência ideológica tanto nas culturas africanas quanto nos setores da cultura brasileira influenciados por elas; A MEMÓRIA – expondo objetos e documentação que atestam hoje a continuidade histórica da influência africana na formação cultural do Brasil.



Il. 2 e 3: Vista parcial da Sala do Fazer e Sala da Memória. Fonte: MAFRO

As exposições temporárias procuram ressaltar as influências recíprocas ocorrentes em vários setores das culturas brasileiras e africanas, expondo toda ordem de documentação pertinente; fotografias, instrumentos musicais, documentos escritos, obras de arte popular ou erudita, etc., de inspiração africana no Brasil e de inspiração brasileira na África. (Berbert, 1981)

Foi idealizada também uma sala especial, dedicada à exposição de um conjunto de vinte e sete pranchas de madeira, representando orixás, de autoria do artista plástico Carybé, por solicitação do Reitor Luiz Fernando Macêdo Costa, quando o projeto inicial já estava definido, justificando-se sua inclusão como “necessidade de exibição do conjunto como peça de grande valor artístico e documental, com a dignidade” (Oswald 1981: n.p.).



Il. 4 Vista parcial da Sala dos painéis de Carybé. Fonte: MAFRO

Sobre o projeto expositivo, Silva comenta que

Jacyra encontrou a solução, devido à quantidade e qualidade de objetos, de adotar um critério inteiramente novo, pois viu que não possui o material suficiente para ilustrar a África e a Bahia (Brasil), inclusive peças que fossem válidas em relação ao critério geográfico, pois faltavam muitas dessas áreas da África. Daí a sua melhor contribuição: adotar uma separação em três níveis de informação: o fazer (realização utilitárias de objetos), o Crer (religiosos, constituído de entidades, culto dos Mortos, dos ancestrais, dos vivos, das terras, das buscas) e os processos e os processos aculturativos, ou África no Brasil e Brasil na África. Também o que facilitou uma definição de montagem para Jacira foi o espaço físico. Existe uma área com entrada independentemente dos primeiros níveis, onde ficarão as peças que constituíam o ativo permanente e ou-

tra área denominada temporária e que tem outro acesso pela Catedral. Isso significa que pode-se abrir em horários especiais, permanecendo uma parte fechada enquanto atua a outra. Sendo o tema do Museu Afro-Brasileiro “Orixás do Candomblé”, a montadora fez uma subdivisão de temas. Na parte do fazer separou instrumentos musicais, a técnica da tecelagem e processos de pintura da fazenda e no crer formou locais, como se fossem casinha de orixás, cada um no seu próprio ambiente, com sua própria cor e forma. Na entrada do museu a abertura é feita por Exu mensageiro dos orixás, tendo o vermelho e preto com cores símbolos, e assim sucessivamente. (Silva 1981: 10)



Il. 5: Vista parcial do conjunto de vitrines dedicadas a divindades na Sala do Crer. Fonte: MAFRO

Jacyra Oswald dá outros detalhes sobre a concepção expográfica do novo Museu:

Para que não houvesse aquela impressão horrível de manequim de figura morta, estratificada, eu criei umas formas transparentes de material de fibra de vidro, onde os adereços estão colocados. Essa localização dos adereços (braceletes, espadas, etc.) no local onde ficariam na figura humana ajuda, a quem olha, a compreender a função deles: que ali é um peitoral, um leque [...] sem ver uma figura com. Com isso a imaginação trabalha, está se vendo o orixá, mas ele não está ali. (Oswald, 1981)

Sobre o setor de “processos aculturativos”, afirma que

Ganhou uma dimensão maior de forma inesperada, porque a comunidade reagiu muito bem à implantação do museu quando começaram a doar coisas maravilhosas: então uma sala transformou-se em Memória. Para mim tem muito valor histórico afetivo. Nossa memória está aí para ser ampliada, e, nos processos aculturativos essa primeira mostra que estamos dando da influência africana acontece com os trajes de carnaval (Oswald, 1981: n.p.).

Interrogada sobre o contraste entre os materiais do acervo e os que foram utilizados na composição do acervo museográfico, responde:

Esses anteparos das janelas têm partes móveis para renovação de ar, quando necessário, os quais absorvem o calor e o ruído e deixam passar a luz. Existe o choque de materiais, já que usei também o blindex para segurança; todas as peças artesanais estão em vitrinas - trinta e quatro peças com mais de dois metros" (Oswald, 1981: n.p.).

Além dos materiais, outro elemento que chamava a atenção eram as cores e as texturas:

Outra inovação que introduziu, já que se trata de uma nova espécie de museu, foi a cor da terra, a fim de também dar ideia das evocações. Cada "santo" tem a sua cor ou cores que simbolizam os orixás e suas formas. As texturas das vitrinas são irregulares para evocar o reboco das casas africanas. Conseguiu aquele feito o cimento, barro e areia. A iluminação é indireta, mas abundante (Berbert 1981: 5).

Em novembro de 1982, foram realizadas intervenções no espaço expositivo do Museu, com ampliação e adequação dos espaços para a inclusão de novas peças e modificação dos módulos.

O presente trabalho diz respeito ao atendimento da solicitação da diretoria do CEAO - colocação de maior número de peças em exibição. Consiste na retirada de objetos grandes que não possuem partes pequenas removíveis, para fora das vitrinas; o espaço livre resultante seria preenchido com novas peças e com efetivação de remanejamento de peças. Para isso deverão ser utilizados maior número de elementos (mostruários fixos suspensos, adaptações de bases existentes, assim como a ampliação do número de prateleiras/vidros, visando nova distribuição espacial do material, dentro das vitrines) (Ampliação da montagem, 1982: 6).

Estas questões de reordenamento de espaço estavam relacionadas a um problema que não é tratado em nenhum documento que localizamos: a inexistência de Reserva Técnica, de espaço projetado para a guarda sistematizada do acervo não exposto. Tal fato obrigou a que praticamente a totalidade do acervo estivesse nas salas de exposição.

Inaugurado, o Museu seguiu o seu curso, sem que tenham sido implementadas várias propostas e planos constantes da sua idealização em 1974 e sem que a propagada ampliação futura, por mudança ou no próprio edifício do Terreiro, tenha ocorrido. Tudo o que ali foi realizado, à despeito das condições efetivas de funcionamento, deve-se, principalmente aos esforços das seguidas administrações do CEAO e ao escasso corpo de funcionários do Museu, bem como ao apoio da comunidade.

Em 1995, foram iniciadas ações voltadas para a reestruturação do Museu Afro-Brasileiro. O movimento de reestruturação apoiado pela reitoria e suportado por

recursos externos despertou os mesmos discursos contrários à sua permanência no prédio, por parte de representantes de Medicina, dentro da própria universidade e fora dela. Tal situação, mais uma vez interferiu no cronograma e prazo de reabertura, que só ocorreu em 18 de novembro 1999. Mais uma vez, apesar do anúncio e da expectativa criada em torno de um novo prédio para o Museu Afro-Brasileiro, todas as tentativas fracassaram e o Museu jamais deixou o Prédio da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus, onde se encontra até os dias atuais, completando 40 anos de abertura ao público, nesse ano de 2022 e 48 anos de criado.

Referências

- "Acervo afro-brasileiro está abandonado na sala do CEAO", *Correio da Bahia*. 1979, caderno 1: 5.
- "A Ampliação da montagem do Museu Afro-Brasileiro", *A Tarde*, novembro de 1982, caderno 1: 6.
- Barboza, Mario Gibson, "Carta a sua excelência o Governador do Estado da Bahia", *A Tarde*, 28 de dezembro de 1973, caderno 1: 1.
- Berbert, José Augusto, "Cultura Afro-brasileira em museu de preciosidades", *A Tarde* 27 de dezembro de 1981, caderno 1: 5
- Castro, Guilherme A. de Souza, "Carta ao Presidente do Conselho Deliberativo do CEAO", 18 de dezembro de 1975.
- CASTRO, Guilherme A. de Souza, Documento, 23 de abril de 1981, s.p.
- "Contra entidades médicas, Museu do negro vai ficar na Faculdade de Medicina", *Diário de Notícias*, 8 de agosto de 1974, caderno 1: 5.
- Da Cunha, Marcelo, *Corpos, Discursos e Exposições: a Coleção do Museu Antropológico e Etnográfico Estácio de Lima (Bahia, Brasil)*, in Fernando Magalhaes; Luciana Ferreira da Costa; Francisca Hernández Hernández, Alan Curcino (coord.), *Museologia e patrimônio*. Leiria: Institut polytechnique de Leiria, 2019, v. 2: 107-145.
- "Disputa pela direção do Museu Afro-Brasileiro", *A Tarde*, 10 de julho de 1973, caderno 1: 8.
- "Governo quer retomar as obras da ex-Faculdade", *Jornal da Bahia*, 12 de junho de 1977, caderno 1: 5.
- "Indefinição sobre Museu", *Jornal da Bahia*, 3 de março de 1977, caderno 1: 6.
- "Medicina abriga Afro-Brasileiro", *Tribuna da Bahia*, 13 de julho de 1973, caderno 1: 5.
- Museu Afro-Brasileiro. Plano para Montagem do Módulo Inicial, sem paginação.
- "Museu Afro-Brasileiro será uma realidade e conta já com 260 peças", *A Tarde*, 26 de junho de 1979, p.5.
- "Museu Afro-Brasileiro ficará mesmo na Bahia", *A Tarde*, 4 de março de 1974, caderno 1: 7.
- "Museu Afro foi apresentado às autoridades ontem", *Correio da Bahia*, dezembro de 1981, caderno 1: 5.
- "Museu Afro-Brasileiro vai ser finalmente instalado", *Tribuna da Bahia*, 8 de março de 1978, caderno 1: 8
- "Museu Afro, uma volta às origens", *Jornal da Bahia*, 8 de janeiro de 1982, caderno 1: 5.

"O Museu do Branco?" (E), *Jornal da Bahia*, 3 de janeiro de 1982, caderno 1: 5.

Oswald, Jacyra, "Proposta de montagem do conjunto 'Representação de Orixás, suas armas e animal litúrgico'", 25 de setembro de 1981, sem paginação.

"Onde ficar o Museu, em 'Respeito à tradição'", *A Tarde*, 5 de março de 1974, caderno 1: 5

"Onde vai ser o Museu Afro-Brasileiro?", *A Tarde*, 16 de julho de 1983, caderno 1, p.6.

"Patrimônio espera definição da UFBA sobre antiga Escola", *A Tarde*, 22 de março de 1977, caderno 1: 5.

"Prédio histórico do Terreiro com a Faculdade de Medicina", *A Tarde*, 26 de fevereiro de 1977, caderno 1: 5.

Sardella, André, "Museu do Negro", *Jornal do Brasil*, 5 de novembro de 1977, caderno 1: 10.

Silva, Jacira, "A Casa de Cultura negra", *Revista Cultura*, outubro/dezembro de 1981.UFBA: .10.

Termo de Convênio para a execução de um Programa de Cooperação Cultural entre o Brasil e os Países africanos para o desenvolvimento de Estudos Afro-Brasileiros. 6 pp., 1974

UFBA, *Diretrizes*, n.d., sem paginação

"Vitoriosa, a classe médica", *A Tarde*, 8 de agosto de 1974, caderno 1: 6.